

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Processo de extinção da Valec começa em março, diz ministro	2
Título: Passivo trabalhista com fim de estatal pode ir a R\$ 70 milhões	4
Título: Impasse com Paraguai ameaça caixa de Itaipu	6
Título: Para ANP, consumo estável de combustível reflete PIB.....	7
Título: Corte de produção da Opep encarece o petróleo	9
Título: Começa a faltar combustível na Venezuela	10
Título: Esquenta o debate climático nos EUA	11
Título: Plano da Queiroz Galvão é questionado.....	13
Título: Fusões e aquisições no setor elétrico devem continuar intensas em 2019	15
Título: Engie espera novo leilão da TAG após Carnaval	16
Título: Moody's aponta aumento do risco para Vale.....	18
Título: Ação judicial de Braskem gera disputa por prêmio	19
Título: Curta.....	22
Título: Mineira Bevap alonga dívida de R\$ 450 milhões	22
Título: Carf volta a julgar autuação da Petrobras	24
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: Governo mantém subsídio do agronegócio na energia.....	25
Título: Acordo que faz Brasil pagar mais em Itaipu pode cair	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	27
Título: pesquisa em.....	27
VEÍCULO: O Globo.....	28
Título: Consumidor voltará a pagar subsídio na luz	28

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	29
	Título: R\$ 2,6 milhões para ampliar assistência	29

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Processo de extinção da Valec começa em março, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes Freitas, já bateu o martelo e promete não voltar atrás: a estatal de ferrovias Valec vai mesmo fechar as portas. Sua diretoria será destituída e um liquidante será nomeado para tocar o processo de extinção da empresa. Cerca de 800 empregados terão seus vínculos trabalhistas rescindidos. Ações judiciais migrarão para o escopo da Advocacia-Geral da União (AGU), contratos ainda vigentes com empreiteiras e prestadores de serviços passarão para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a participação acionária de 41% no capital da Ferrovia Transnordestina será transferida ao Tesouro Nacional.

Com a liquidação da Valec, o ministro prevê uma economia anual em torno de R\$ 500 milhões, que é o gasto de custeio da empresa. Ele descarta a abertura de um plano de demissões voluntárias para seus empregados, que devem resistir. "Não há sequer como realocá-los em outro lugar, por causa da incompatibilidade de regimes jurídicos", disse Freitas ao **Valor**. Questionado sobre números que têm sido difundidos por funcionários da Valec para justificar sua continuidade, rebate: "Tinham que ter demonstrado isso ao longo da existência da empresa. Agora não adianta".

O pontapé inicial para a extinção da estatal será dado na próxima reunião do conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na primeira quinzena de março, sob comando do próprio presidente Jair Bolsonaro. Além da entrada da Valec no Plano Nacional de Desestatização (PND), primeiro

passo legal para que ela desapareça, o Ministério da Infraestrutura vai pedir aval para novas concessões de rodovias federais e de portos.

Freitas pretende obter sinal verde do PPI ao leilão de quatro terminais portuários em Itaqui (MA) e ao início de estudos para a relicitação do terminal do grupo Libra em Santos, um dos maiores do país na movimentação de contêineres, que foi objeto de arbitragem com resultado favorável à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). O contrato da Libra em Santos expira em 2020.

Na área de rodovias, o ministro levará ao conselho do PPI um redesenho das relicitações de contratos que vencem em 2021 - as ligações Rio-São Paulo (hoje Nova Dutra), Rio-Teresópolis (CRT) e Rio-Juiz de Fora (Concer).

O governo do ex-presidente Michel Temer decidiu não renovar essas concessões. A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) foi acionada, junto com um braço do Banco Mundial, para tocar os estudos da relicitação. Eles estão praticamente concluídos e agora cabe aprovar a continuidade do processo: audiências públicas, envio da documentação técnica ao Tribunal de Contas da União (TCU) e preparativos dos leilões.

No novo contrato, a rodovia Presidente Dutra será agregada à Rio-Santos, conforme foi pedido pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). O Arco Metropolitano do Rio, uma das grandes obras públicas do famigerado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será privatizado e ficará no mesmo pacote da BR-116 hoje nas mãos da CRT.

Esse contrato ganharia ainda parte de outro trecho da BR-116, que vai de Governador Valadares a Além Paraíba, na divisa de Minas Gerais com o Rio. É um trecho que já foi objeto de estudos para concessão em outras ocasiões e nunca conseguiu ser viabilizado.

O principal anúncio do PPI, no entanto, deve ficar por conta do início do processo de extinção da Valec. Pretende-se nomear um liquidante forte, para "não sabonetear" com o processo, e começar rapidamente a elaboração do inventário da estatal. O desenvolvimento de estudos de engenharia, como um possível prolongamento da Ferrovia Norte-Sul, poderá ser feito pelo Dnit. Antecipando-se à crítica de que a autarquia não dispõe de quadros tão especializados como os da Valec, Freitas observa: "Fica mais barato contratar uma boa consultoria externa para subsidiar essas ações do que manter a empresa".

O ministro também quer dar por encerrados os processos de extinção da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Rede Ferroviária Federal

(RFFSA), que se prolongam há vários governos. A liquidação final da RFFSA deve ocorrer no primeiro semestre e liberar para venda imóveis com alto valor de mercado, como um edifício da antiga empresa na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. "Vou passar os imóveis para o Salim [Mattar] vender", diz Freitas, referindo-se ao secretário especial de Desestatização e Desinvestimento. "E ele vai ficar feliz da vida."

Para agilizar o processo da Valec, o governo se valerá do decreto presidencial 9.589, que foi editado em novembro do ano passado e promete mais rapidez nos trâmites. Uma das principais mudanças definidas do decreto é que a responsabilidade pela liquidação de estatais passa do ministério setorial para a secretaria de Mattar, no Ministério da Economia, em tese menos suscetível aos interesses da máquina pública para frear os procedimentos.

O decreto prevê também que o liquidante da companhia pode ganhar remuneração fixa (70%) e outra variável (30%), que seria desembolsada apenas em caso do cumprimento de etapas e prazos para a liquidação, funcionando como um incentivo aos trabalhos. Quando uma companhia está em extinção, além do liquidante, somente o conselho fiscal continua existindo para monitorar seus trabalhos. As ações judiciais e extrajudiciais migram do âmbito do liquidante para a AGU. Dessa forma, a perspectiva é que a existência de passivos na Justiça deixe de ser um impeditivo para a dissolução da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo | De Brasília

Título: Passivo trabalhista com fim de estatal pode ir a R\$ 70 milhões

A associação dos empregados da Valec contesta as afirmações do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes Freitas, e diz que o gasto de custeio da empresa, em 2018, foi de R\$ 283 milhões e não de 500 milhões. "Foram realizados dois PDVs [programas de demissão voluntária] em 2018 - para empregados da Rede Ferroviária Federal e do GEIPOT, dos quais a Valec é sucessora trabalhista", disse em nota ao **Valor**.

A associação diz ainda que a abertura de um plano de demissões voluntárias para seus empregados foi assunto em uma reunião com representantes dos empregados da Valec em janeiro deste ano. Segundo a nota, o ministro Tarcísio Freitas teria dito na ocasião que, caso fosse aprovada a proposta de fechar a empresa, "seria apresentado um plano de PDV e estudada a contratação de uma empresa especializada para estudar a recolocação dos empregados".

Conforme estudos da área jurídica da empresa e obtidos pelo **Valor**, as demissões dos empregados efetivos e concursados, decorrentes de eventual processo de liquidação, podem custar R\$ 70 milhões. A lei prevê que devem ser feitos pagamentos em dinheiro, não podendo utilizar precatórios, no prazo de dez dias, sob pena de multa de um salário por empregado.

Os cálculos levam em conta o saldo de salário, aviso prévio, 13º salário proporcional, férias vencidas ou proporcionais (acrescidas de 1/3 constitucional) e multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

Atualmente, a Valec já administra um passivo de ações trabalhistas da União, relativo às extintas RFFSA e Fepasa, que hoje corresponde a ações com valor total aproximado de R\$ 140 milhões, o que com a extinção da estatal chegaria a um passivo trabalhista de R\$ 210 milhões, sem levar em conta os cerca de 3 mil funcionários de empresas contratadas que, ao perderem o emprego, têm a alternativa de optar por ações nas quais a Valec poderia figurar como responsável subsidiário.

Na avaliação de funcionários da estatal, o mercado logístico de transportes sofreria com insegurança jurídica no caso do fim da empresa, como no contrato de subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, que está vigente.

Os estudos feitos por técnicos estimam ainda um alto prejuízo referente às desapropriações. Com a extinção da Valec, as ações de desapropriação em curso (mais de mil) seriam extintas, pois o decreto de utilidade pública que as fundamenta foi emitido no nome da Valec e não há previsão legal de alteração. Assim, com a eventual liquidação da empresa, teriam que ser expedidos novos decretos, o que só poderia ocorrer após um ano contado da extinção dos processos sem julgamento de mérito.

Além disso, com a quebra dos contratos, empresas contratadas podem ter direito ao pagamento do que já executaram, à devolução da garantia e ao pagamento de desmobilização (incluindo demissão de contratados de empresas terceirizadas). Isso representaria um saldo contratual de cerca de R\$ 4,2 bilhões, entre contratos de investimento e de custeio.

Procurada, a assessoria de imprensa da Valec respondeu ao **Valor** que "na eventualidade de extinção da empresa, a Valec precisaria esperar o formato definido pelo Ministério da Infraestrutura para, então, calcular seu passivo e avaliar as possíveis questões judiciais decorrentes dessa eventual extinção".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Impasse com Paraguai ameaça caixa de Itaipu**

Um impasse entre a Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), estatal do Paraguai responsável pelos serviços de eletricidade no país vizinho, está afetando o caixa da hidrelétrica binacional de Itaipu e abre um conflito entre as partes às vésperas da negociação para a revisão do "Anexo C" do Tratado de Itaipu, relativo à comercialização de energia da usina, que vence em 2023.

O **Valor** apurou que Eletrobras e Ande não chegaram a um acordo com relação à contratação de energia de Itaipu pelo Paraguai. A questão é de caráter técnico. Na prática, a Eletrobras entende que a Ande deve contratar energia "vinculada" da hidrelétrica, ou seja, a energia que de fato estava prevista para ser produzida pela usina. Já a Ande argumenta que, por contrato, parte da contratação deve ser por energia "acima da vinculada", volume produzido além do previsto e que, por isso, tem custo mais baixo.

Com o impasse, Itaipu Binacional não pode emitir as faturas de energia de janeiro para os dois países. A usina tem faturamento mensal de cerca de US\$ 270 milhões.

O **Valor** apurou que Itaipu tem caixa para suportar o impasse por alguns meses. No entanto, após esse período, a falta de receita pode ser um problema, dado que a usina ainda tem compromissos relativos à dívida de sua construção, que se encerra apenas em 2023.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o problema se deve a contrato assinado entre Eletrobras e Ande em 2006 e que claramente favorece o Paraguai. De forma geral, cada país contrata anualmente um determinado valor de potência de Itaipu. O excesso de potência da usina - volume que é produzido a mais, por motivos técnicos, como a elevação de cota da usina - pode ser contratado posteriormente, em condições mais baratas. O acordo determinou que a totalidade desse excesso, mais barata, seja contratada exclusivamente pelo Paraguai.

Sales explicou que, na história recente, o Paraguai tem contratado uma potência firme cada vez menor. Com isso, o país se vê na necessidade de consumir o excedente de potência, cujo custo é menor. O efeito prático é que o Paraguai acaba pagando um valor menor pela amortização da dívida de construção da usina. "Esse acordo trata-se de como uma parte pode obter vantagem sobre outra parte", afirmou o especialista, demonstrando indignação com o fato de a estatal brasileira ter assinado esse tipo de acordo no passado.

De acordo com jornais paraguaios, a Ande já havia planejado adquirir um volume 5% maior de energia de Itaipu em 2019, mas até o momento as duas partes não chegaram a um consenso.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, o governo paraguaio pode estar aguardando a troca no comando da parte brasileira de Itaipu para avançar nas negociações. A direção-geral brasileira da companhia binacional será ocupada pelo ex-ministro da Defesa Joaquim Silva e Luna, indicado pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, com a chancela do presidente Jair Bolsonaro.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto. Já a Itaipu Binacional informou que não cabe a ela se posicionar "sobre as tratativas de responsabilidade dos governos federais do Brasil e do Paraguai".

Na última semana, o Ministério de Minas e Energia publicou portaria criando um grupo de trabalho para coordenar os estudos que vão subsidiar a revisão do "Anexo C" do Tratado de Itaipu.

"O Paraguai tem pleiteado, algumas vezes com sucesso, avanços sobre pontos do acordo. Cabe ao governo brasileiro ter altivez, sem ser arrogante, para fazer prevalecer o que está no tratado", completou o presidente do Acende Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Para ANP, consumo estável de combustível reflete PIB

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem que a estagnação do consumo de combustíveis em 2018 reflete a situação econômica do país e, em parte, o aumento dos preços nos últimos anos.

Em 2018, o mercado brasileiro de combustíveis se manteve praticamente estável, com uma alta de 0,03%. No ano anterior, o consumo já havia crescido de forma tímida (0,44%).

Ele lembrou que nos últimos anos houve não apenas aumento das margens dos agentes do setor, como também elevação da carga tributária sobre os combustíveis.

Oddone disse que ainda é prematuro fazer projeções sobre o consumo para 2019. Ele lembrou, contudo, que o mercado de combustíveis tende a acompanhar o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB).

O executivo, que participou de seminário de avaliação do mercado de combustíveis, no Rio, afirmou ver como positiva a intenção da Petrobras de intensificar seu programa de venda de ativos na área de refino.

Questionado sobre as declarações do presidente da estatal, Roberto Castello Branco, de que pretende vender uma refinaria ainda neste ano, Oddone afirmou que espera que o plano se concretize.

Ao ser questionado se o programa de vendas das refinarias da Petrobras vem sendo discutido entre a estatal e a ANP, Oddone afirmou que a decisão da venda dos ativos cabe à petroleira.

"Cumprimos o papel de regulador ao acionar o Cade [em 2018, para investigar a concentração do setor de refino]", disse o diretor-geral da agência.

Segundo Oddone, o mercado brasileiro de combustíveis opera com um "nível de competição baixo", mas destaca que a agência vem trabalhando, regulatoriamente, para aumentar a competição em todas as cadeias do abastecimento.

De acordo com dados da ANP, a participação da Petrobras no total de importações de diesel saltou 23,6 pontos percentuais em 2018, em meio à implementação do programa de subvenção implementado pelo governo.

A estatal respondeu no ano passado por 27,9% do volume total importado de diesel no país, ante 4,3% em 2017. Os números da ANP mostram que, antes do programa de subvenção, a fatia da Petrobras oscilava abaixo dos 10%, mas chegou, em alguns momentos, a representar mais de 60% do total importado, após o início dos subsídios.

Já a participação da Petrobras na importação de gasolina foi de 22,3%, ante os 21,3% de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/02/2019****Seção: Internacional****Autor: David Sheppard | Financial Times, de Londres****Título: Corte de produção da Opep encarece o petróleo**

As exportações de petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) estão a caminho de caírem para seu menor nível desde 2015 em fevereiro, o que vem ajudando a levar o preço do petróleo de volta para a casa dos US\$ 65 por barril.

Cortes de produção profundos feitos pela líder Arábia Saudita, combinados com as sanções dos EUA à Venezuela, fizeram as exportações do cartel de produtores na primeira metade do mês ficarem na média de 23,5 milhões de barris/dia, segundo a Kpler, empresa de monitoramento de cargas.

Embora os embarques possam crescer levemente na segunda metade do mês, neste momento eles estão no rumo de ficarem abaixo do total de dezembro em mais de 2 milhões de barris por dia, já que o cartel entrou em ação, com aliados como a Rússia, para tentar sustentar os preços do petróleo com restrições ao fornecimento.

O petróleo Brent, produzido no Mar do Norte, alcançou a maior cotação dos últimos três meses na segunda-feira, com US\$ 66,83 por barril, ampliando sua recuperação desde que a Arábia Saudita relatou ao "Financial Times", na semana passada, que planejava continuar a reduzir sua produção em março.

Até agora, em fevereiro a Arábia Saudita exportou em média 6,9 milhões de barris/dia, seu menor nível desde agosto de 2017 e abaixo dos 8,3 milhões de barris/dia de novembro.

A Venezuela, cujo setor petrolífero tem sido alvo de sanções dos EUA, viu suas exportações de petróleo caírem para cerca de 1,1 milhão de barris/dia, contra 1,5 milhão de barris/dia em novembro. Outras fontes dizem que a exportação da Venezuela é ainda menos. O Irã, que também está sofrendo sanções dos EUA, teve uma média de exportações de 1,2 milhão de barris/dia neste mês até agora, abaixo dos 2,5 milhões de barris/dia de um ano atrás.

"Ao longo dos últimos três meses observamos uma redução substancial nas exportações da Opep", disse Alex Booth, chefe de análise de mercado da Kpler.

"Se existe a determinação na Opep de manter as exportações baixas, isso, em combinação com a situação na Venezuela e no Irã, cria uma forte probabilidade de que a situação se prolongue pelos próximos meses."

Ainda assim, os preços continuam bem abaixo do nível de US\$ 86 por barril atingido em outubro do ano passado, por causa do crescimento forte e continuado da produção americana de óleo de xisto - uma das principais razões para os países da Opep estarem cortando o fornecimento de forma tão agressiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Bloomberg

Título: Começa a faltar combustível na Venezuela

Regiões fora de Caracas estão começando a registrar escassez de gasolina. A falta de combustível é efeito das sanções dos Estados Unidos contra o petróleo venezuelano, que incluíram também a proibição de venda de petróleo leve e combustível dos EUA para a Venezuela.

Filas começam a se formar em capitais de Estados a oeste de Caracas, como Portuguesa e Barinas, onde motoristas atravessam longo trechos nas estradas sem passar por um posto de gasolina aberto. Eles enfrentam filas de uma hora para encher o tanque.

Com medo de que a escassez não termine tão cedo, os motoristas também estão enchendo tambores plásticos com combustível para armazená-los em casa.

A Venezuela ainda recebe importações de combustível da Espanha e de países do Caribe, mas a previsão é que não sejam suficiente para a demanda local.

Antes do anúncio das sanções americanas, em janeiro, dois terços das importações de gasolina pela Venezuela vinham dos EUA.

A Venezuela vende a gasolina mais barata do mundo. Motoristas pagam menos de um centavo de dólar para encher o tanque.

A utilização da capacidade instalada das refinarias da estatal petroleira PDVSA caiu para 23% nesta semana, segundo fontes a par do tema. Refinarias nos EUA, por exemplo, trabalham a de 85% de sua capacidade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/02/2019****Seção: Opinião****Autor: Martin Wolf****Título: Esquenta o debate climático nos EUA**

Será que os Estados Unidos poderão deixar de ser um retardatário e passar a ser um líder na gestão da mudança climática mundial? Dois anúncios recentes - a "declaração dos economistas sobre dividendos de carbono" e o New Deal Verde - sugerem que sim. Do ponto de vista intelectual, essas propostas provêm de planetas diferentes. Mas, podem ser a base de uma coisa razoável. E, o que é mais importante, pessoas influentes pelo menos concordam que seria moralmente condenável os EUA se manterem inflexíveis.

A declaração dos economistas foi assinada por 3.333 economistas americanos, entre os quais quatro ex-presidentes do Federal Reserve, 27 laureados com o prêmio Nobel e dois ex-secretários do Tesouro. A declaração tem quatro elementos: uma tarifa gradualmente crescente sobre o carbono, a partir de US\$ 40 a tonelada; um dividendo pago "à população americana equitativa e trimestralmente"; ajustes de fronteira sobre o teor de carbono dos produtos importados e exportados; e eliminação de regulamentações desnecessárias. Este plano deverá também ser proposto a "outros países que se destacam como emissores de gases-estufa".

O New Deal Verde foi criado por um grupo de democratas da Câmara dos Deputados, liderado por Alexandria Ocasio-Cortez. Trata-se de uma proposta de transformar a economia dos EUA. Entre as metas notáveis referentes ao clima estão "o atendimento de 100% da demanda por energia elétrica nos EUA por meio de fontes energéticas limpas, renováveis e de emissões zero", "a construção de ou a transição para redes de energia elétrica eficientes em utilização de energia, distribuídas e inteligentes", e "a modernização de todas as construções existentes nos EUA e a construção de novas edificações para obter eficiência energética máxima".

Os EUA são um participante central das discussões mundiais sobre mudança climática por quatro motivos: são o segundo maior país do mundo em termos de emissões de gases-estufa, respondendo por 14% do total; suas emissões per capita são muito elevadas; são dotados de recursos tecnológicos excepcionais; e têm se revelado altamente rebeldes. Em resumo, a participação dos EUA é uma condição necessária, embora não suficiente, para o enfrentamento da ameaça climática.

Infelizmente, essa ameaça se tornou iminente, como observa o New Deal Verde. A elevação das temperaturas médias para níveis superiores aos pré-industriais já alcança 1°C. Já será necessária a adoção de mudanças drásticas para mantê-la abaixo de 2°C, que dirá de 1,5°C. Quanto mais elevada for, mais imprevisíveis e perigosas se tornarão essas mudanças irreversíveis. Sobretudo, a tendência a registrar emissões mais elevadas tem de ser revertida muito em breve caso se pretenda deter o aumento das concentrações atmosféricas.

Esse é um dos motivos pelos quais é insuficiente recorrer aos incentivos de preços graduados tão apreciados pelos economistas. Os desafios nesse caso são mudanças climáticas irreversíveis com efeitos indeterminados, por um lado, e as consequências imperfeitamente previsíveis da fixação de preços do carbono sobre as emissões, por outro.

Um bom plano tem de ser uma mistura entre incentivos com base em preços e domínio e controle, e investimento em P&D. O fato de que pessoas com diferentes posturas em termos de política pública concordarem que o clima é uma ameaça urgente é um passo à frente

Objetivos quantitativos são inescapáveis. Além disso, as mudanças necessárias no modo de funcionamento da economia, exigirá mudanças do planejamento espacial, da regulamentação da construção, da regulamentação da energia nuclear, dos gastos em pesquisa e desenvolvimento e da propagação mundial das novas tecnologias. O mecanismo de preços é poderoso. Mas, como deixa claro um relatório da Comissão de Transições Energéticas, não será suficiente. O plano dos economistas talvez tivesse sido suficiente se implementado no mundo inteiro três décadas atrás. Agora, quase certamente não é.

O New Deal Verde reconhece a necessidade de intervenção regulatória e de investimento em infraestrutura. Infelizmente, não coloca absolutamente qualquer peso em incentivos. Uma carta de ativistas em apoio ao New Deal Verde afirma que "nos oporemos vigorosamente a qualquer legislação que...[inclua] mecanismos pautados pelo mercado e opções tecnológicas como transações de carbono e de emissões e compensações, captura e sequestro de carbono, energia nuclear, geração de energia a partir do lixo e energia da biomassa".

Isso parece um diálogo de surdos. Mas os economistas poderiam reconhecer, simplesmente, que a urgência do New Deal Verde e seu foco em regulação e investimento têm coisas importantes a oferecer. Defensores ativistas do New Deal Verde poderão perceber que incentivos são importantes e que a renda apurada com um imposto sobre o carbono poderá ajudar a comprar apoio da opinião pública. Acima de tudo, poderão reconhecer que ver todos os males sociais pelas lentes da mudança climática é garantia de que eles não

conseguirão obter nada de proveitoso. Como disse o socialista britânico Aneurin Bevan, "o discurso das prioridades é a religião do socialismo".

Apenas uma ampla coalizão pode enfrentar o desafio do clima. Assim, planos que têm chance de serem politicamente factíveis serão acordos, formulados a partir de concessões mútuas. Um bom plano tem de ser uma mistura entre incentivos com base em preços e domínio e controle, e investimento em pesquisa e desenvolvimento. O fato de que pessoas com diferentes posturas em termos de política pública concordarem que o clima é uma ameaça urgente é um passo à frente. Mais republicanos poderão aceitar que a ameaça não é um alarme falso e aderir.

Os EUA não podem resolver uma ameaça mundial por si sós. Mas poderão associar o melhor do plano dos economistas e do New Deal Verde. Precisariam, então, tornar isso mundial. Isso poderia ser feito por meio de uma combinação entre recompensas - exportação gratuita de tecnologia e ajuda a países pobres - e medidas coercitivas - impostos de fronteira sobre o carbono. Além disso, esta poderia ser uma área em que EUA, a União Europeia (UE) e a China poderiam cooperar. Naturalmente não se pode esperar nenhum arroubo de entusiasmo da parte do governo Trump. Mas pelo menos as pessoas podem planejar para o dia em que ele deixar o cargo.

O pessimismo em torno da capacidade do gênero humano de enfrentar a mudança climática é compreensível. O tempo é limitado, o falatório, abundante e as medidas, irrisórias. Mas podemos apenas partir do princípio, com que todos concordamos, de que há, de fato, uma ameaça que vale a pena enfrentar. Isso pode estar surgindo agora, mesmo nos EUA. Transformar esse consenso num plano factível, mundialmente replicável e politicamente aceitável será muito difícil. Mas desesperar não está entre as opções. Conseguimos ver algum movimento. Pressionemos energicamente por mais. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Plano da Queiroz Galvão é questionado

O plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia (QGE), braço de energia do Grupo Queiroz Galvão, é alvo de no mínimo seis pedidos de impugnação por parte de credores insatisfeitos com a condução do processo,

que abrange R\$ 3,85 bilhões em dívidas. Os pleitos foram ajuizados depois que veio à tona o fato de que o único credor que votou de imediato pela aprovação do plano foi a gestora americana Castlelake, que já atua, inclusive, na administração da companhia por meio de fundos investidos, evidenciando, segundo os reclamantes, grave conflito de interesses.

O prazo para pedidos de impugnação terminou ontem. Depois disso, a Queiroz Galvão Energia terá um prazo para apresentar sua manifestação sobre os pleitos. O Ministério Público também será ouvido. Depois disso que o juiz da recuperação dará sua decisão. Pediram a impugnação do plano os credores Casa dos Ventos, Eng, Construtora Sucesso, Picui Administração, PIE-SP Comercializadora e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Um dos maiores problemas é que o plano deu alternativas consideradas não muito atrativas aos credores. A primeira opção é a conversão da dívida em ações de uma de uma holding que será criada para englobar os ativos da QGE. A segunda forma é parecida, ao propor a permuta de 10% dos créditos em debêntures emitidas pela nova holding. Os 90% restantes seriam trocados por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma empresa. A terceira opção envolve um "calote" de 98% da dívida, com direito a recebimento em dinheiro de 2% do total ao fim de 10 anos.

A Castlelake, detentora de R\$ 2,8 bilhões em dívidas da QGE, se manifestou em favor da conversão do montante em participação na holding. Foi o voto da gestora que permitiu que a recuperação fosse extrajudicial.

No início do ano, a credora Eng Participações, dona de créditos da ordem de R\$ 258,2 milhões com a QGE, ajuizou uma petição na qual classificou o plano aprovado em novembro de "simulado e fraudulento". O documento apontava que, dias antes da apresentação do plano de recuperação extrajudicial, os veículos de investimento da Castlelake FDIC Apus e Vientos Securitizadora firmaram um contrato confidencial com a Queiroz Galvão S.A., chamado de acordo de suporte à reestruturação (RSA, na sigla em inglês). O acordo definiu uma administração interina para a companhia e nomeou Gustavo Ribeiro como seu diretor comercial. Um problema apontado pela petição da Eng é que Ribeiro também assinou a aprovação do plano em nome da Vientos.

No RSA, a Queiroz Galvão S.A. concordou ainda em pagar aos "credores apoiadores" (a Castlelake) R\$ 200 milhões por meio da emissão de debêntures. Em troca, a gestora americana concordou em abrir mão de avais ou fianças da holding sobre a dívida.

Em seguida, o juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, indicou

disposição em avaliar um pedido de impugnação do plano de recuperação aprovado, assim como de desconsiderar os votos dos veículos da Castlelake que votaram a favor do plano, desde que provado que houve conflito de interesses.

Além disso, diante da suspeita de conflito de interesses, o juiz deferiu um pedido do administrador judicial da QGE para que os dados sobre os cotistas dos fundos credores da companhia fossem revelados. A Planner, administradora dos fundos em questão, enviou uma carta abrindo os investidores dos fundos, confirmando que se tratavam de veículos da Castlelake.

Os pedidos de impugnação têm em comum a defesa do impedimento do direito de voto dos credores signatários do plano, por se tratar de "um acordo consigo mesmo", já que os veículos da gestora atuam como credores e administradores da companhia. O objetivo, segundo as petições, seria reduzir a dívida da QGE para adquirir a empresa em seguida.

A Castlelake é uma gestora com sede em Mineápolis, nos Estados Unidos, especializada em ativos "alternativos", com performance abaixo do esperado e problemas financeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Fusões e aquisições no setor elétrico devem continuar intensas em 2019

O movimento de fusões e aquisições no setor elétrico, que se destacou no ano passado, deve continuar intenso em 2019, de acordo com avaliação da KPMG. Os motivos, de acordo com a empresa de consultoria e auditoria, são os investimentos de petroleiras e grandes consumidores de energia em busca de uma matriz mais limpa, efeitos de mudanças regulatórias no setor, privatizações e desinvestimentos de estatais elétricas.

"Será uma pauta [fusões e aquisições no setor elétrico] que continuará aquecida para os próximos anos", afirmou Paulo Guilherme Coimbra, sócio da consultoria, ao **Valor**. "É um processo que anda de forma bastante intensa. É um setor que está crescendo e vai continuar crescendo sobremaneira", completou.

No ano passado, o setor de energia brasileiro registrou o terceiro maior número de fusões e aquisições dos últimos 20 anos. Em 2018, foram realizadas 55 transações (31% a mais que no ano anterior), ficando atrás apenas das marcas alcançadas em 2014 (56) e em 2006 (61).

A principal operação registrada no ano passado foi aquisição do controle da Eletropaulo, maior distribuidora do país, pela italiana Enel, em uma acirrada disputa com a Neenergia, controlada pelo grupo espanhol Iberdrola. O negócio, incluindo um aumento de capital, totalizou R\$ 8,6 bilhões.

Segundo Coimbra, com relação à transição energética, as fusões e aquisições no setor elétrico refletem o movimento intenso de petroleiras e grandes consumidores de energia, como mineradoras, de investimentos em projetos de geração de energia renovável.

"Há uma discussão global de transição de uma matriz energética baseada em carbono para uma matriz mais renovável. Só este aspecto já traz uma atratividade [para o setor elétrico]", disse Coimbra. "Vai ser um setor cada vez mais 'cross sector' [transversal], que são empresas de outras áreas investindo em energia", completou ele.

Com relação à regulação, o sócio da KPMG explicou que mudanças regulatórias, oriundas do processo disruptivo pelo qual atravessa o setor de energia elétrica, estão levando a novas oportunidades de negócios, como projetos de geração distribuída.

Além dos movimentos já observados, Coimbra destacou ainda privatizações e desinvestimentos de estatais elétricas.

O especialista ressaltou ainda a diversidade de tipos de investidores, desde empresas tradicionais do setor elétrico até fundos de private equity. Esse aspecto é positivo, porém aumenta a complexidade do setor, já que empresas de diferentes áreas estão atuando no mercado elétrico.

Com relação à origem do capital, Coimbra observou uma redução do ritmo de aquisições por parte de companhias chinesas. Ele, porém, explicou que o fenômeno não é específico do Brasil. "Os chineses estavam muito ativos. Eles claramente tiraram o pé do acelerador em 2018. O investimento chinês ao redor do mundo deu uma reduzida em 2018. Caiu cerca de 20% o investimento direto".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Engie espera novo leilão da TAG após Carnaval

A Engie Brasil Energia (EBE, antiga Tractebel Energia) espera que a Petrobras realize a segunda rodada de ofertas de aquisição da Transportadora Associada de Gás (TAG) logo após o Carnaval. A companhia, junto com sua controladora, a francesa Engie, teve preferência no processo concorrencial, por ter oferecido o melhor preço na primeira fase, e, por isso, pode discutir com a estatal o desenho final do negócio.

"Estamos no término da documentação. Está em fase final. Aí, eles [Petrobras] vão chamar os outros ofertantes para fazer a oferta final com base nos documentos que foram negociados. Isso deve levar entre duas e três semanas", disse o presidente da EBE, Eduardo Sattamini, ao **Valor**. "Imaginamos que [seja] logo após o Carnaval", completou ele, acrescentando que o cronograma é definido pela Petrobras.

Na última semana, o **Valor** informou que a oferta do grupo francês por 90% da TAG foi de U\$ 8 bilhões. Dentro desse valor está a quitação imediata de uma dívida com o BNDES, relacionada à construção da TAG, estimada em R\$ 5 bilhões. A empresa é dona de uma rede de gasodutos de cerca de 4,5 mil km no Norte e Nordeste.

Segundo Sattamini, a EBE também está estudando oportunidades de aquisições nos segmentos de geração e transmissão de energia. "Estamos olhando, sim, outros projetos, mas são coisas que estão ainda sob sigilo dos acordos de confidencialidade. Estamos olhando outras coisas na parte de transmissão e na parte de geração também", completou o executivo.

A empresa prevê investir R\$ 2,588 bilhões em 2019. Os recursos serão destinados principalmente para os projetos eólicos de Umburanas e Campo Largo II, na Bahia, a termelétrica a carvão de Pampa Sul I, no Rio Grande do Sul, prevista para entrar em operação este ano, e aos projetos de linhas de transmissão da empresa, cujo início de implantação está previsto para o fim deste ano.

A EBE reportou ontem lucro líquido de R\$ 2,31 bilhões em 2018, valor 15,5% superior em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, a receita operacional líquida cresceu 25,5%, para R\$ 8,79 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 24,1%, totalizando R\$ 4,36 bilhões.

Segundo a empresa, o bom desempenho se deve à incorporação das hidrelétricas de Jaguará e Miranda (MG), às operações realizadas no mercado

de curto prazo e aos aumentos tanto de preço médio quanto do volume de vendas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum, Marcelle Gutierrez e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

Título: Moody's aponta aumento do risco para Vale

A agência de classificação Moody's informou ontem que a Vale enfrenta elevado risco de crédito por conta do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). O cenário se justifica, para a agência, pois há perspectiva de crescimento dos passivos e das sanções contra a companhia, elevando seus custos futuros. Analistas de banco e fontes próximas da Vale discordam da Moody's uma vez que, apesar das incertezas, o endividamento da mineradora não é hoje um problema. De 2015 para cá, a Vale cortou dois terços da sua dívida, que caiu de US\$ 30 bilhões para menos de US\$ 10 bilhões em 2018.

Em relatório, a Moody's declarou que ainda é cedo para saber que tipo de consequências o episódio de Brumadinho terá nas finanças da mineradora, mas dúvidas sobre a capacidade de manutenção da produção de minério de ferro nos níveis atuais, aumento dos riscos regulatórios e as diversas despesas que deve enfrentar com o episódio são questões chave na avaliação da qualidade de crédito. "Apesar de a Vale ter rapidamente providenciado assistência a trabalhadores e à população geral após o acidente em Brumadinho, os processos judiciais devem reduzir a liquidez da Vale e podem comprometer o fluxo de caixa futuro, dependendo da magnitude dos passivos", diz trecho do relatório.

A Moody's informou ainda que o cancelamento da licença para despejar rejeitos da mina de Brucutu (MG) na barragem de Laranjeiras aumenta os riscos sobre a capacidade da Vale de continuar normalmente com suas operações. No mercado, a avaliação é que, embora a empresa vá reduzir a produção em 2019, pode ser beneficiada pelo aumento dos preços do minério de ferro. Como uma das maiores produtoras mundiais da commodity, o corte de 50 milhões de toneladas nas suas minas de Brucutu, Vargem Grande e Córrego do Feijão teve impacto direto sobre os preços.

Ontem, o preço do minério com 62% de teor de ferro fechou em US\$ 88,70 a tonelada. Na média de 2018, o preço ficou em US\$ 70 a tonelada. A Vale previa produzir 400 milhões de toneladas de minério de ferro este ano, número que agora será menor. Entre analistas, há estimativas que o volume possa ficar entre

340 milhões e 360 milhões de toneladas. Mesmo assim, a empresa pode gerar lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ainda maior mesmo com um volume de produção menor em função dos preços mais altos para o minério de ferro.

Com o preço médio do minério de ferro na faixa de US\$ 64 a US\$ 65 por tonelada para 2019, havia expectativa, por parte de alguns bancos, que o Ebitda da Vale este ano se situasse na faixa de US\$ 16 bilhões a US\$ 17 bilhões. Um analista que falou sob condição de anonimato disse que, do ponto de vista operacional, a Vale vai continuar gerando caixa, apesar das proibições existentes em Minas Gerais, mas avaliou que o que pode comprometer o balanço é a aplicação de sanções pela Justiça.

Até agora a Vale teve bloqueados R\$ 12,6 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões estão depositados em juízo. Fontes consideram que não há nada, no momento, que indique que a Vale não vá honrar seus compromissos financeiros. Em 2019, a empresa tem cerca de US\$ 900 milhões no seu cronograma de amortização de dívida (bônus). Diferentemente de 2015, a Vale não precisa hoje fazer gestão "ativa" da sua dívida, mas, se precisasse, poderia renegociar prazos com investidores, como já fez no passado.

"No lado financeiro, a Vale é uma empresa muito sólida que passa pela maior crise de sua história", disse Karel Luketic, analista de mineração da XP Investimentos. Também ontem a agência de classificação de risco Fitch informou que os ratings em grau de investimento da Vale permanecem inalterados em diversos cenários. Logo depois de Brumadinho a Fitch rebaixou os ratings da Vale em dois graus, de 'BBB+' para 'BBB-', com observação negativa. Apesar do rebaixamento recente, a agência justifica que a manutenção em grau de investimento da Vale se apoia em "seus fortes demonstrativos financeiros, em sua adequada liquidez e em sua forte capacidade de geração de fluxo de caixa operacional, apesar dos volumes de produção mais baixos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Ação judicial de Braskem gera disputa por prêmio

A ação judicial iniciada em setembro por acionistas minoritários da Braskem, que pede à controladora Odebrecht ressarcimento de R\$ 3,65 bilhões devido aos malfeitos apontados e delatados no âmbito da Lava-Jato, se transformou

numa disputa paralela, e quase velada, entre os próprios investidores pelo prêmio previsto na lei para quem é autor da causa.

O valor cobrado da Odebrecht é para reembolso da Braskem, com base no artigo 246 da Lei das Sociedades por Ações, e não para os investidores. Mas a legislação prevê que o acionista que abrir o processo, se obtiver vitória, tem direito a um prêmio de 5% sobre o valor da causa e seus advogados, a 20%. É por conta da potencial divisão desse benefício - que neste processo pode chegar a R\$ 182,6 milhões para o autor e cerca de R\$ 720 milhões para os advogados - que o assunto se tornou uma discussão com o juiz do caso, Eduardo Pellegrinelli, da 2ª Vara Empresarial de São Paulo.

A ação foi iniciada pelo acionista José Aurélio Valporto, que aplicou R\$ 5 mil na compra de cem ações da petroquímica em abril do ano passado, quase um ano e meio após o acordo de leniência do grupo Odebrecht. Quem o representa na Justiça é o trio de escritórios Galdino & Coelho Advogados, Thomaz, Waisberg, Kurweil Advogados e ainda André Almeida.

Lei prevê que autor de medida para ressarcimento de empresa tenha prêmio de 5% sobre valor da causa

Em novembro, o juiz do caso, Eduardo Pellegrinelli, da 2ª Vara Empresarial de São Paulo, aceitou que a Geração Futuro, com o fundo do empresário Lirio Parisotto, se associasse à causa como autora, representado pelos advogados Fernando Kuyven e Modesto Carvalhosa. O fundo tem, desde 2007, cerca de R\$ 200 milhões aplicados nas ações da empresa ou 0,5% do capital da Braskem, avaliada na B3 em R\$ 43,5 bilhões.

O caso é acompanhado de perto por diversos investidores, tanto individuais quanto fundos, pois vai construir as bases da jurisprudência para aplicação do artigo 246. Há grande expectativa que a atuação de investidores sobre empresas e seus controladores cresça no Brasil, estimulada por fundos de litígios interessados em financiar tais brigas ou pelos próprios escritórios de advocacia - de forma semelhante a que ocorre no Estados Unidos com as ações de classe.

Ao aceitar a causa de Valporto, Pellegrinelli construiu um caminho para que mesmo investidores que comprem ações após os malfeitos serem conhecidos possam cobrar ressarcimento dos controladores. Não havia clareza a esse respeito, mesmo a legislação tendo 43 anos. Mas o juiz tem demonstrado disposição de cuidar do risco de "ações oportunistas" por meio do valor da caução para cobrir custos e riscos do processo ao réu - depósito necessário pelo autor, caso perca o debate judicial.

A caução é o pano de fundo sobre a discussão da divisão do prêmio. Pellegrinelli definiu que a Geração deveria depositar R\$ 36,5 milhões como cobertura de custos, cerca de 20% do prêmio possível. A própria gestora se dispôs, desde o início, a fazer frente a um valor elevado e não houve polêmica em torno desse montante.

Ao definir o depósito necessário, o juiz estabeleceu que o fundo terá "paridade" na ação em relação ao autor inicial, Valporto, incluindo a "participação no prêmio".

Provocado pelos advogados de Valporto a dar maiores detalhes sobre essa divisão, Pellegrinelli afirmou que "a eventual partilha do prêmio será deliberada no momento processual oportuno". Com isso, começa a se tornar possível tanto que ações desse tipo tenham autores associados como que o prêmio seja repartido.

O trio de representantes do minoritário disse que a decisão do juiz era omissa no tema, contraditória e obscura. E defendeu que o prêmio seja alocado "integralmente, ou, quando muito, repartida com o fundo, em critério que garanta a maior parte da alocação". Eles argumentam que é preciso considerar que, por ter sido o primeiro, Valporto é o "autor de fato e de direito da demanda, e foi quem rompeu a inércia".

Em resposta, na semana passada, em uma única página, o juiz reiterou a partilha e voltou a ser duro com Valporto - quando aceitou a Geração Futuro, ele já havia demonstrado preocupação com uma eventual atitude oportunista. Segundo Pellegrinelli, o questionamento dos advogados demonstra "a vontade de que temas caros ao autor sejam decididos no momento e da forma que lhe parecem mais convenientes". Por fim, ressaltou que "o objetivo principal da ação é a reparação de eventuais danos causados à companhia". A discussão do mérito ainda não teve início. Na semana passada, a Odebrecht apresentou a contestação.

Ao juiz, os advogados de Valporto questionaram, mas ficaram sem resposta: "E se outros acionistas vierem a ingressar com novos pedidos de assistência, já depois de julgada a ação ou depois da produção de provas? Será o caso de contemplá-los com participações também no prêmio? Parece claro que não." Nos documentos, enfatizam, desde que o debate teve início, que a caução não pode obstruir o acesso à Justiça e deve guardar relação com o custo do processo, sua real finalidade.

A caução exigida de Valporto é alvo de uma discussão própria que chegou ao Tribunal de Justiça (TJ) e aguarda definição. Quando propôs a ação, o minoritário sugeriu R\$ 100 mil. O juiz estabeleceu R\$ 1 milhão, mas

posteriormente subiu para R\$ 27 milhões. Os advogados recorreram desse último valor e a discussão aguarda julgamento no TJ. O investidor teve uma liminar favorável e conseguiu, até o momento, se manter na causa. A expectativa é que o tribunal mantenha o valor de R\$ 1 milhão, já registrado por meio de carta-fiança. Os advogados argumentam que "a caução jamais poderia ser compreendida como um bilhete de entrada para cada autor ter o direito de litigar. Muito menos com valores diferentes para cada autor."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/02/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta**

Perda com Samarco

A mineradora anglo-australiana BHP informou ontem que registrou uma perda excepcional de US\$ 210 milhões após a incidência de impostos no primeiro semestre do ano fiscal de 2019, período encerrado em 31 de dezembro, em função do episódio do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), ocorrido em 2015. No balanço financeiro do ano fiscal, informou que não fez investimentos na sua subsidiária no Brasil, mas que aportou US\$ 47 milhões em capital de giro. A BHP informou que como parte do programa de compensações fechou mais de 8,2 mil acordos relativos a danos gerais e 260 mil acordos devido à interrupção temporária do suprimento de água, logo em seguida ao rompimento da barragem. A companhia explicou que a retomada das atividades da Samarco - joint venture com a Vale - ocorrerá "somente se for seguro, economicamente viável e tiver o apoio da comunidade". A BHP reportou ontem que seu lucro líquido subiu 87% no período, alcançando US\$ 3,7 bilhões, ante ganho de US\$ 2 bilhões no mesmo período fiscal de 2018. O lucro ajustado de operações continuadas caiu 8% para US\$ 4 bilhões. No período, a BHP vendeu a maior parte dos ativos de petróleo e gás nos Estados Unidos à petroleira britânica BP, por mais de US\$ 10 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/02/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Mineira Bevap alonga dívida de R\$ 450 milhões**

A Bevap, dona de uma usina em João Pinheiro (MG), acertou com um grupo de bancos públicos a reestruturação de dívidas vencidas que somavam R\$ 450 milhões e agora busca um investidor para cumprir compromissos assumidos com as instituições financeiras. Esta foi a segunda renegociação de dívidas realizada pela companhia - que, assim, deixa a situação de default.

A primeira renegociação foi realizada em 2017 com bancos privados, com os quais a companhia tinha dívidas vencidas de R\$ 550 milhões. Participaram da operação Santander, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Banco Votorantim. Desta vez, participaram da reestruturação Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Banco do Nordeste (BNB).

Com os bancos públicos, a companhia vinha pagando apenas os juros, a partir da receita gerada pela cogeração de energia elétrica, e estava sem quitar as amortizações. Os bancos concordaram em estender o pagamento da dívida por oito anos, com dois de carência, e em reduzir o custo total do endividamento.

Em troca, a Bevap ofereceu como garantia mais contratos de energia, comprometeu-se a antecipar pagamento de dívida ao invés de distribuir dividendos em caso de excedente de caixa (mecanismo de "cash sweep") e, ainda, a buscar um investidor.

"O prazo para conseguir um novo investidor está aberto. Mas deve ser fácil encontrar um sócio, porque a empresa vem apresentado melhorias nos últimos meses e a perspectiva é que o agronegócio se aqueça", afirmou o advogado Renato Brandão, do escritório Felsberg Advogados, que intermediou as negociações. A princípio, o novo investidor deverá entrar como minoritário - caso contrário, será preciso autorização dos bancos.

Segundo Brandão, o mecanismo de "cash sweep" deverá permitir que a Bevap, que tem capacidade de moagem de 3,2 milhões de toneladas de cana por safra, tenha flexibilidade para investir em manutenção e em bens de capital.

Enquanto negociava com os bancos públicos, a companhia explorou sua flexibilidade industrial para maximizar sua produção de etanol na safra atual (2018/19). A perspectiva dos envolvidos na negociação é que a alavancagem financeira (relação entre a dívida líquida sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização em 12 meses) se aproxime de um patamar "saudável" - no mercado, estima-se que para uma usina esse nível seja cerca de 3 vezes.

A solução extrajudicial fez com que a Bevap escapasse de uma recuperação judicial, caminho trilhado por dezenas de usinas nos últimos anos diante do prolongado período de preços baixos do açúcar e do controle dos preços da

gasolina, na primeira metade da década. Segundo Brandão, a reestruturação extrajudicial fazia mais sentido para a Bevap já que praticamente todas as suas dívidas eram com instituições financeiras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/02/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Carf volta a julgar autuação da Petrobras

A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) retomou ontem o julgamento de uma relevante tese tributária para a Petrobras: a que trata do aluguel de plataformas petrolíferas. Pela segunda vez, a sessão foi interrompida por pedido de vista. Por enquanto, dos oito conselheiros, um votou para cancelar uma autuação fiscal de R\$ 2,17 bilhões e outro para mantê-la.

É a primeira vez que a Câmara Superior analisa a tese. Agora, quando o julgamento for retomado, não poderá mais ser interrompido, se não houver mudança na composição da turma. O regimento do Carf só permite dois pedidos de vista - um foi solicitado em janeiro, quando o caso começou a ser julgado.

A Petrobras tem vários processos com a mesma discussão central: a divisão de contratos de afretamento e de prestação de serviços em plataformas. O valor total da tese é estimado pela companhia em R\$ 44,6 bilhões, de acordo com seu Formulário de Referência. O montante inclui discussões sobre Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Na autuação, que chegou à Câmara Superior, a Receita Federal cobra Cide do ano de 2009 sobre valores de aluguel de plataformas (processo nº 16682.721545/2013-94). A companhia costuma fechar dois contratos distintos, um para afretamento e outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção.

Normalmente, esse tipo de contrato, que não é tributado, contém a maior parte do custo total. A Receita considera que essa separação é feita de maneira irregular. Por isso, desconsidera o afretamento e entende tratar-se de importação de serviços.

Em seu voto, a relatora, Vanessa Marini Cecconello, conselheira representante dos contribuintes, deu razão à Petrobras. Segundo ela, a partir da Lei nº 9.481, de 1997, ficou reconhecida a possibilidade de contratação simultânea.

"Considerando que a conduta de celebração de contratos estava amparada pela legalidade e a validade do planejamento, a opção negocial do contribuinte no desempenho de suas atividades quando não configurar ilicitude é possível", disse Vanessa.

Para a relatora, o fato de a empresa que aluga plataformas ser do mesmo grupo econômico da que faz a prestação de serviços não configura abuso de direito, mas liberdade de contratar. Ainda segundo Vanessa, é necessário apresentar motivação sólida e prova robusta para afastar a autonomia dos contratos.

Segundo a votar, o conselheiro Andrada Márcio Canuto Natal, representante da Fazenda, porém, decidiu divergir do entendimento da relatora. Ele afirmou que o caso envolve processo reflexo ao de Imposto de renda Retido na Fonte, que já foi julgado pela 2ª Seção de forma contrária à empresa. Para ele, as decisões devem ser convergentes.

Ele entende que não há impedimento para a tributação. Os contratos, acrescentou o conselheiro, foram firmados sem a preocupação efetiva de separar serviços de afretamento.

Na sequência, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista da conselheira Tatiana Midori Migiyama, representante dos contribuintes. O caso será retomado em março.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/02/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Haubert / BRASÍLIA

Título: Governo mantém subsídio do agronegócio na energia

Descontos na conta de luz para produtores rurais custa R\$ 3,4 bi por ano para os demais consumidores do País

O líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que o Palácio do Planalto vai revogar o decreto publicado pelo ex-presidente Michel Temer, que prevê a extinção gradual de descontos na conta de luz de produtores rurais. O benefício custa R\$ 3,4 bilhões por ano e é pago pelos demais consumidores de

energia de todo o País. De acordo com Vitor Hugo, o governo se comprometeu a editar um decreto para revogar o anterior e apresentar um projeto de lei.

"A proposta será para regulamentar essa questão melhor", disse. A extinção do subsídio tem a simpatia do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas a sua manutenção é fortemente defendida pelo agronegócio. Essa é mais uma das disputas entre os Ministérios da Economia e da Agricultura.

A ministra Tereza Cristina criticou ao Estado o que chamou de "desmame radical" na intenção de Guedes de reduzir os subsídios do crédito agrícola. Ela também criticou fixar idade igual para aposentadoria de homens e mulheres no campo – a minuta preparada pela Economia previa a exigência de 65 anos como idade mínima para ambos. O decreto publicado em 28 de dezembro do ano passado determinou a redução dos descontos para produtores rurais em 20% ao ano até chegar a zero daqui a cinco anos.

Além disso, a medida impediu que agricultores que usam serviços de irrigação, que têm descontos assegurados por lei, continuassem acumulando os dois benefícios durante essa transição. O subsídio garantia um desconto nas tarifas que varia de 10% a 30%. Apenas o benefício aos agricultores foi retirado, pois havia sido concedido via decreto. O desconto aos irrigantes, dado por lei, foi mantido – varia de 60% a 90%. Como o Estadão/Broadcast mostrou na semana passada, a movimentação do agronegócio para ressuscitar o benefício provocou reações no governo e no setor privado.

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores, Paulo Pedrosa, disse que o decreto que reduziu os subsídios embutidos na conta de luz sinalizou a reversão de uma tendência que tornou a energia paga no País uma das mais caras do mundo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Acordo que faz Brasil pagar mais em Itaipu pode cair

Governo Bolsonaro quer rever acordo que faz País pagar duas vezes mais que Paraguai pela energia de Itaipu

O governo pretende renegociar os termos do acordo sobre a venda de energia produzida por Itaipu entre Brasil e Paraguai que na prática faz com que o consumidor brasileiro pague o dobro pela energia produzida pela usina na comparação com o que desembolsa o cliente paraguaio. As condições desse tratado, firmado em 2009 pelos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e

Fernando Lugo, fizeram com que o pagamento do Brasil ao Paraguai pelo direito de adquirir a energia que os paraguaios não consomem triplicasse ao longo dos anos.

"Essa assimetria seguramente será revista", disse uma fonte do governo. O baixo custo da energia é um dos fatores que têm sustentado o crescimento econômico do Paraguai, da ordem de 6% ao ano. O país tem usado essa vantagem para atrair novas indústrias, inclusive brasileiras. "Isso não é ilegal e se baseia em acordos e entendimentos da era Lula e Lugo. Os paraguaios têm se aproveitado desses termos", afirmou a fonte. De acordo com ela, conselheiros e diretores estão a par dessas condições, e a renegociação desses termos é prioridade para o governo.

Acordo. O Tratado de Itaipu foi assinado em 1973 e, entre suas cláusulas, está a divisão, em termos iguais, da energia produzida pela usina entre os dois países. O documento estabelece os moldes em que a energia será comercializada entre Brasil e Paraguai. Basicamente, ele determina que todo o custo do financiamento e da própria usina serão divididos na proporção da capacidade alocada para comercialização. A modelagem também estabelece que a energia adicional (além daquela associada à potência contratada) terá um custo associado apenas aos royalties de sua produção.

Após 2023, quando o financiamento da usina estiver pago, não há disposição prevista, e os termos poderão ser renegociados. Historicamente, o Paraguai consome cerca de 15% dos 50% da energia a que tem direito, e o volume não utilizado é vendido para o Brasil. Em 2009, quando Lula e Lugo renegociaram os termos de venda dessa energia, o Brasil passou a pagar cerca de US\$ 900 milhões pelo volume não consumido pelo Paraguai e cedido ao Brasil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: pesquisa em...

Mercado Aberto

A Equinor (antiga Statoil), multinacional norueguesa da área de energia, firmou uma parceria com a Fapesp para criar um centro de pesquisa de engenharia nos setores de petróleo e gás.

...grupo

A previsão é que cada uma das partes invista R\$ 25 milhões nos próximos dez anos. Os projetos serão desenvolvidos em conjunto com a Unicamp, que deverá investir outros R\$ 50 milhões no mesmo período.

com Felipe Gutierrez (interino), Igor Utsumi e Ivan Martínez-Vargas

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/02/2019

Seção: Economia

Autor: EDUARDO BRESCIANI

Título: Consumidor voltará a pagar subsídio na luz

Governo cede à bancada ruralista e mantém benefício para produtores rurais, que tem de ser bancado pelo resto da população em suas contas. Gestão Temer havia decidido eliminar desconto em prazo de 5 anos

BRASÍLIA- O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), anunciou a revogação de um decreto editado no fim da gestão Michel Temer, que tinha por objetivo baratear a conta de luz. O texto eliminava, no prazo de cinco anos, um desconto nas tarifas para consumidores rurais e companhias de água e saneamento. Esse desconto é bancado pelos demais consumidores.

O governo Jair Bolsonaro cedeu a uma pressão da bancada ruralista, decidiu revogar a medida e irá encaminhar uma proposta, a ser tratada futuramente pelo Congresso por meio de projeto de lei, sem data para ser votado. Os termos do projeto não foram divulgados pelo deputado.

— Sobre a questão dos subsídios rurais, o governo fez um acordo, vai revogar o decreto que reduzia gradativamente e deve apresentar projeto de lei para regular essa questão melhor — afirmou Vitor Hugo, ao deixar uma reunião com os líderes da Casa.

Parlamentares da bancada ruralista queriam votar ontem em plenário um projeto que derrubava o decreto de Temer. Após o novo decreto, o setor rural volta a ter o benefício integral, e todos os demais consumidores vão arcar com a conta. Com a decisão, as contas de luz deixarão de ter uma redução de 2,5% em cinco anos, conforme estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O decreto de Temer eliminava, gradualmente, descontos para consumidores rurais e companhias de água, esgoto e saneamento, que somam R\$ 4,2 bilhões por ano e são compensados por encargos nas demais contas. O benefício seria extinto ao fim de cinco anos. O texto ainda previa o fim da cumulatividade de descontos tarifários concedidos para irrigação e aquicultura na área rural.

A derrubada do decreto é uma vitória da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em relação à equipe econômica. Ela defendeu a manutenção do benefício com o argumento de que o fim dos subsídios elevaria os custos dos produtores rurais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: R\$ 2,6 milhões para ampliar assistência

A Vale informou, ontem, que assinou com a prefeitura de Brumadinho (MG) um termo de cooperação de R\$ 2,6 milhões que prevê a contratação, pelo município, de equipes multidisciplinares para atuar nas áreas de saúde e psicossocial junto aos atingidos pelo rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão.

A barragem da empresa se rompeu em 25 de janeiro, em uma tragédia que caminha para deixar um saldo de mais de 300 mortos. A ação da mineradora atende a uma determinação judicial no âmbito de ação civil pública proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG).

No acordo, assinado na segunda-feira, está previsto ainda a aquisição de equipamentos e materiais necessários na prestação dos serviços, além da alocação de 20 veículos para locomoção desses profissionais e imóveis para promoção desse atendimento emergencial.

“Essa ampliação da assistência humanitária na região contará com 142 novos servidores públicos, como médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, motoristas, entre outros”, disse a Vale em nota ontem.

De acordo com a Vale, o município de Brumadinho promoverá a capacitação desses profissionais, com contrato vigente por seis meses, podendo ser prorrogado, caso comprovada a necessidade. Uma auditoria externa independente, contratada pela mineradora, fará acompanhamento e fiscalização das atividades.

MME / ASCOM .